

RELATÓRIO DE INVESTIMENTO/ABRIL-2019

COMITE DE INVESTIMENTOS – Resolução DE nº 08, de 30 de julho de 2018

1 - RETROSPECTIVA

Depois do grande desentendimento entre o Executivo e o presidente do Legislativo, o mercado apresentou comportamento altamente volátil, com receio do comprometimento do avanço da reforma da Previdência. O ministro Paulo Guedes, participando de reunião na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado afirmou que poderia deixar o governo caso a reforma não fosse aprovada.

Depois disso ficou decidido que caberá ao ministro Paulo Guedes a coordenação das articulações políticas com o Congresso para tramitar a proposta da reforma da Previdência. Foi também escolhido o relator da proposta, o deputado Marcelo Freitas, que afirmou esperar concluí-la até o final do primeiro semestre.

Em relação à economia internacional, na zona do euro, foi divulgada a prévia da inflação do consumidor em março, que retrocedeu em relação a fevereiro. Enquanto nesse mês ela havia sido de 1,5%, em março caiu para 1,4% na base anual, bem abaixo da meta de 2% do BCE.

Nos EUA, nova estimativa do PIB do quarto trimestre de 2018 apurou o crescimento a uma taxa anualizada de 2,2% frente ao terceiro trimestre. Assim o PIB em 2018 cresceu 2,9%.

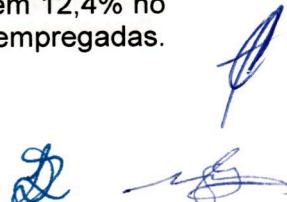
Para os mercados de ações internacionais, o fim do mês anterior foi de recuperação. Enquanto o Dax, índice da bolsa alemã subiu 1,42%, o FTSE-100, da bolsa inglesa avançou 0,99%. Já o índice S&P 500, da bolsa norte-americana subiu 1,20%, enquanto o Nikkei 225, da bolsa japonesa caiu 1,95%.

Em relação à economia brasileira, o IPC-S, depois de ter avançado 0,61% na terceira quadrimestre de março, terminou o mês crescendo 0,65%. O IGP-M, por sua vez, depois de ter subido 0,88% na terceira prévia de fevereiro, terminou março com avanço de 1,26%.

Já o IPC-15, registrou alta de 0,54% em março, após ter avançado 0,34% em fevereiro. O resultado ficou acima das expectativas do mercado.

Quanto à ata da reunião do Copom, os membros do colegiado reconheceram que o ritmo da atividade econômica ficou abaixo do esperado no quarto trimestre e que a inflação deve subir nos próximos meses, mas apresentar recuo depois.

E conforme o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro, com mais de 13 milhões de pessoas desempregadas.



Para a bolsa brasileira, foi também um fim de mês de recuperação, com o Ibovespa subindo 1,79%. No ano a variação positiva é de 8,57% e em doze meses de 11,77%. O dólar, por sua vez, subiu 0,39% na semana e o IMA-B Total caiu 0,01%.

2 - RELATÓRIO DE MERCADO - FOCUS

No Relatório Focus de 29 de março, a média dos economistas que militam no mercado financeiro estimou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subirá 3,89% em 2019. Para 2020 a estimativa é de que suba 4,00%.

Para a taxa Selic, o relatório informou que, no fim de 2019 a taxa Selic estará em 6,50% e em 2020 em 7,50%.

Já para o desempenho da economia previsto para este ano, o mercado estimou a evolução do PIB em 1,98%. Para 2020 a estimativa é que o PIB cresça 2,75%.

Para a taxa de câmbio, a pesquisa mostrou que a cotação da moeda americana deverá estar em R\$ 3,70 no final do ano e em R\$ 3,75 no final de 2020.

Para o Investimento Estrangeiro Direto, as expectativas são de um ingresso de US\$ 81,89 bilhões em 2019 e de US\$ 83,38 bilhões em 2020.

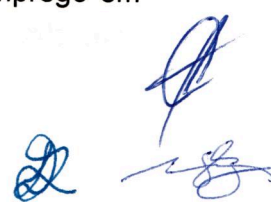
Relatório de Mercado – Focus – 05/04/19			
		2019	2020
IPCA(%)	↑	3,90	4,00
IGP-M (%)	↑	5,29	4,00
Meta Taxa de Câmbio – Fim do Período (R\$/US\$)	⇒	3,70	3,75
Meta Taxa SELIC – Fim do Período (% a.a.)	⇒	6,50	7,50
PIB (% crescimento)	↓	1,97	2,70
Produção Industrial (% crescimento)	⇒	2,50	3,00
Balança Comercial (US\$ bilhões)	↑	50,28	46,01
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	⇒	81,89	83,38

Fonte: Banco Central

↓ Redução
 ⇒ Estabilidade
 ↑ Elevação

3 - PROJEÇÕES

Neste início de mês, na zona do euro, teremos a divulgação da inflação do consumidor em março e das vendas no varejo, além da taxa de desemprego em fevereiro.



Nos EUA, teremos a divulgação das vendas no varejo em fevereiro e da taxa de desemprego em março.

No Brasil, além dos dados parciais de inflação e do IPCA de março, teremos a divulgação da produção industrial em fevereiro.

No exterior, o evento mais importante será a divulgação do relatório de emprego em março e no Brasil será a divulgação do IPCA de março, num momento em que a inflação está um pouco mais elevada por conta de pressões nos preços dos alimentos e dos transportes.

Quanto aos cenários que norteiam as aplicações financeiras no regime de previdência complementar, aconselhamos a manutenção na exposição aos fundos de investimento em títulos públicos, especialmente para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's, e também pelos produtos de longo prazo, tais como IMA B e IMA – B5+.

Indicadores Diários – 29/03/19

Indicador	Dia (%)	Mês (%)	Ano (%)	12 meses (%)
CDI	0,02	0,12	1,63	6,30
IRF-M 1	0,04	0,13	1,86	6,73
IDKA IPCA 2 Anos	0,07	0,36	2,84	9,41
IMA B 5	0,08	0,38	3,29	9,64
IRF-M	0,06	0,29	2,57	9,46
IRF-M 1+	0,07	0,34	2,94	10,64
IMA B	0,19	0,40	5,96	14,54
IMA Geral	0,08	0,26	3,25	9,87
IMA-B 5+	0,27	0,41	6,10	18,45
IDKA IPCA 20 Anos	0,32	0,11	12,23	26,95
Ibovespa	0,82	1,72	10,49	15,11
S&P 500	0,46	2,05	15,38	9,37
EIAX	0,17	3,08	13,74	0,43
FTSE 100	0,37	1,71	10,68	5,86

Índices de Referência – fevereiro / 2019

Índice	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses
INPC	0,54%	0,90%	1,04%	1,50%	3,94%	5,82%
INPC + 6% a.a.	1,01%	1,89%	2,50%	4,43%	10,18%	18,62%
IPCA	0,43%	0,75%	0,90%	1,63%	3,89%	6,85%
IPCA + 6% a.a.	0,90%	1,73%	2,36%	4,56%	10,12%	19,97%



4 - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS – PREVCOM-GO

A alocação estratégica aprovada na política de investimento vigente da entidade deverá observar as seguintes faixas de aplicação de recursos dos planos:

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITE			
	LEGAL Resolução 4661/2018	APLICAÇÃO OBJETIVO	INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	85%	80%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	85%	80%	100%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal	100%	85%	80%	100%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	0%	0%	0%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	20%	0%	0%	0%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado	20%	0%	0%	0%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs	20%	0%	0%	0%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	0%	0%	0%
Títulos do Agronegócio (CPR CDCA CRA e Warrant Agropecuário)	20%	0%	0%	0%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto securitizadoras	20%	0%	0%	0%
Renda Variável	70%	3%	0%	3%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação em segmento especial da BM&Fbovespa	70%	3%	0%	3%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação e que não estejam em segmento especial da BM&Fbovespa	50%	3%	0%	3%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III	10%	3%	0%	3%
Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros	3%	3%	0%	3%
Investimentos estruturados	20%	7%	0%	7%
Cotas de fundos de investimento em participações (FIP), Multimercado (FIM) e (FICFIM)	15%	7%	0%	7%
Cotas de fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso"	15%	7%	0%	7%
Certificados de operações estruturadas (COE)	10%	7%	0%	7%
Investimentos Imobiliários	20%	5%	0%	5%
Cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII)	20%	5%	0%	5%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	20%	5%	0%	5%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI)	20%	5%	0%	5%
Investimentos no exterior	10%	0%	0%	0%
Operações com participantes	15%	0%	0%	0%




A aplicação objetivo detalhada no quadro acima corresponde à distribuição pretendida entre os segmentos, quando o patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA – e do Plano de Benefícios GOIAS SEGURO superarem individualmente o montante de R\$ 3 milhões de reais.

Enquanto o patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA –, e do Plano de Benefícios GOIAS SEGURO não superarem individualmente o montante de R\$ 3 milhões de reais, a aplicação dos recursos garantidores deste será exclusiva na modalidade Renda Fixa, vinculado ao limite superior detalhado.

Vale destacar que os recursos gerenciados através do PGA são basicamente originários de subvenções econômicas e repasses antecipados de um patrocinador relativos a contribuições futuras que estão previstas serem realizadas conforme aumentem o número de participantes no Plano Goiás Seguro e outros que vier a patrocinar.

A subvenção ou a antecipação dessas contribuições foi negociada com o propósito de que esses recursos sejam utilizados, no momento, para suportar despesas administrativas e de implantação da Fundação. Esses repasses tem sido realizado em montantes mensais em valor atualmente, bem aproximado das despesas fixas da Fundação.

Por essa razão, grande parte dos recursos vem sendo aplicados em renda fixa de curtíssimo prazo (aplicações conservadoras), uma vez que podem ser utilizados para fazer face às despesas de manutenção da Fundação a qualquer momento.

Já quanto ao PGS, os recursos são relativos às contribuições de participantes, juntamente com seus patrocinadores, destinados ao plano de benefício. Esses recursos estão aplicados em sua grande parte em ativos de médio/longo prazos, visto que o desencaixe dos mesmos deve ocorrer quando da aposentadoria dos contribuintes ou um eventual resgate/portabilidade, desde que este segurado perca o vínculo com o patrocinador.

Por outro lado, norma legal exige que a entidade possua um serviço de custódia centralizada de suas aplicações. Entretanto, tal serviço no mercado tem custo elevado e, diante do pequeno patrimônio acumulado até o momento, tal custo ficaria muito oneroso, o que impactaria fortemente os resultados de rentabilidade.

Diante disso, para se garantir que as aplicações efetivamente estejam centralizadas, ainda que sem a contratação de um serviço de custódia centralizada, optou-se pela escolha de fundos de investimentos sob a administração de um único gestor e, nesse caso, custodiante, a Caixa Econômica Federal, a qual atualmente presta serviços como instituição financeira para movimentação de contas bancárias da Fundação.

Vale destacar que o gestor possui vários Fundos de Investimentos voltados ao público alvo abrangido por entidades fechadas de previdência



complementar, além de regimes próprios de previdência vinculados a administração pública. Tais fundos são compostos por títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, o que os torna compatíveis com as orientações da política de investimento vigente.

Como já informado, tão logo os patrimônios dos planos alcancem montante expressivo de forma a compensar o custo elevado da custódia centralizada, a estratégia de diversificação em aplicações sob administração de diferentes gestores já será uma alternativa, juntamente com a aquisição direta dos títulos públicos através de corretora a ser contratada.

Desta forma, e considerando o cenário macroeconômico, projeções e avaliações dos indicadores e a política de investimento vigente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Goiás:

1. Os ativos do Plano de Gestão Administrativa já contabilizados continuam alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBIMA – Curto Prazo IRF M1 e Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Médio Prazo IMA B5.

JUSTIFICATIVA: O montante de ativos alocados é suficiente para descaixes de curto prazo no custeio e manutenção da entidade e seu Plano finalístico e os Fundos de Investimentos FI CAIXA BRASIL IRF M 1 TP RF e FI CAIXA BRASIL IMA B 5 TP RF LP apresentaram nos últimos 12 meses rentabilidade acima do índice de referência para o segmento Renda Fixa, no caso 100% do CDI. (vide gráfico 1)

2. Os ativos do Plano Goiás Seguro já contabilizados serão alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBIMA – Curto Prazo IRF M1; Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Médio Prazo IMA B5 e Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Longo Prazo IMA B e IMA B5+.

JUSTIFICATIVA: O montante de ativos alocados é suficiente para descaixes em virtude da desfiliação de contribuintes em adesão automática, uma vez que é facultado o período de 90 dias para resgate total dos recursos capitalizados da data da inscrição, balanceamento os ativos para uma taxa interna de retorno maior no médio prazo, além da justificativa sobre o valor da rentabilidade relatada no item 1.

3. Os ativos do Plano de Gestão Administrativa a serem contabilizados no mês corrente serão alocados em Fundo de



Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Curto Prazo IRF M1.

JUSTIFICATIVA: Em virtude de descaixe para pagamento de despesas referentes ao custeio e manutenção da entidade para o exercício de 2019, e a possibilidade alerta de revisão dos repasses a título de adiantamento de contribuição dos patrocinadores, intenciona-se garantir os ativos do PGA em produtos de curto prazo, além da justificativa sobre o valor da rentabilidade relatada no item 1.

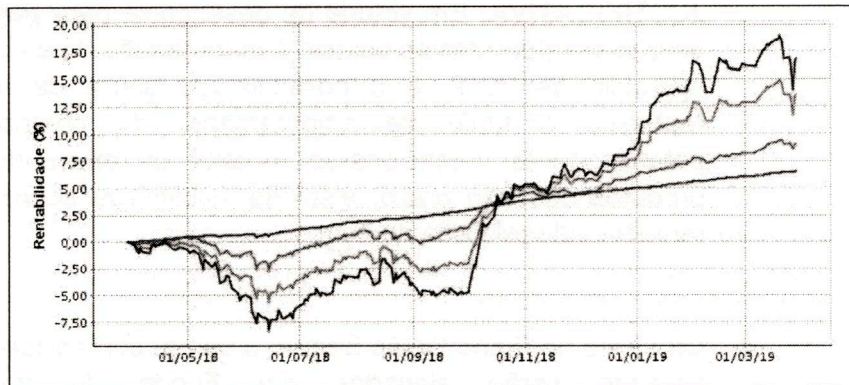
4. Os ativos do Plano Goiás Seguro a serem contabilizados no mês corrente serão alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Médio Prazo IMA B5 e Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Longo Prazo IMA B e IMA B5.

JUSTIFICATIVA: Balanceamento os ativos para uma taxa interna de retorno maior no longo prazo, visto que o montante de ativos já alocados é suficiente para descaixes de curto e médio prazos. Também, intenciona-se começar o equilíbrio da carteira de renda fixa para produtos indicados para o longo prazo, além da justificativa sobre o valor da rentabilidade relatada no item 1.



Gráfico 1

Relatório no período de 01/04/2018 até 31/03/2019

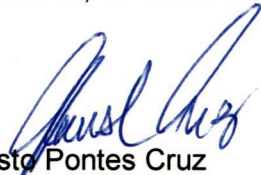


ATIVO	RETORNO (%)	VOL (A.A)	SHARPE	PATRIMÔNIO	%CDE	RESGATE (*)	AP. MIN.	INÍCIO (%)	ÚLT. 12M (%)	ACUM. ANO (%)	MÊS ANT. (%)
CAIXA FI BRASGL IMA B 5+ TP RF LP	16,0190	8,6288	0,9691	R\$ 1.787.394.613,51	265,1773	D=0	R\$ 1.000,00	120,5385	16,7204	7,5432	0,5186
FI CAIXA BRASGL IMA B 3 TP RF LP	0,9939	3,0874	0,0511	R\$ 9.063.168.023,88	141,8659	D=0	R\$ 1.000,00	171,0170	9,9032	3,8451	0,5235
FI CAIXA BRASGL IMA B TP RF LP	13,3206	5,9480	0,0697	R\$ 9.918.979.324,35	213,1732	D=0	R\$ 1.000,00	196,1302	13,9129	5,3219	0,1175
FI CAIXA BRASGL IRF M 1 TP RF	5,3046	0,3436	-0,0178	R\$ 15.209.754.594,12	102,3553	D=0	R\$ 1.000,00	139,0507	6,7117	1,4665	-0,4477

Ao final do período mensal, considerando os encaixes e desencaixes dos planos de benefícios, objetiva-se:

1. No PGA, ter alocado em torno de 50% do valor financeiro dos ativos distribuídos nos produtos de renda fixa de médio e curto prazo.
2. No PGS, ter alocado um ponto médio de 90% do valor financeiro dos ativos no Fundo de Investimento de maior prazo (médio e longo) e a diferença nos ativos de curto prazo.

Goiânia, 01 de abril de 2019.


Fausto Pontes Cruz

Membro Comitê de Investimento


Murilo Luciano Souza Barbosa

Diretor de Investimentos - AETQ


Leandro dos Santos

Membro Comitê de Investimento